



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 278/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, sobre dados de tratamento oncológico no Estado de São Paulo.
2. Em resposta, foram prestados esclarecimentos sobre alguns itens, e explicações adicionais. Insatisfeito, o interessado interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em relação ao pedido original, deve-se registrar ter sido adequadamente atendido, considerando ter havido resposta aos itens solicitados, e esclarecimentos adicionais sobre a inexistência da informação, bem como explicação da correta qualificação do hospital, dando pleno cumprimento, portanto, ao disposto no artigo 11, caput, da Lei n. 12.527/2011.
4. Após tomar ciência das informações prestadas, o recorrente optou por aditar seu pedido original, solicitando novos documentos. Embora seja legítima essa adequação do pedido, cabe reconhecer que a via recursal não é o canal adequado para tanto, uma vez que a inovação do pedido no âmbito revisional não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair ao demandado a oportunidade de se manifestar, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.
5. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.

6. O interessado tem resguardado, portanto, seu direito de formular novo pedido de acesso à informação em relação aos dados e documentos ora pretendidos. No âmbito do presente expediente, contudo, não se visualiza na conduta do ente público motivo capaz de conduzir à revisão da resposta ofertada, uma vez que o pedido original, tal qual formulado, foi adequadamente atendido.
7. Diante do exposto, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 6 de outubro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO